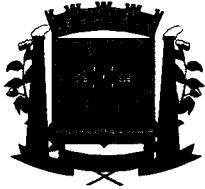


Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

ATA N° 17 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 51^a LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE UBÁ, realizada aos doze dias de maio de dois mil e vinte e cinco (12-5-2025), no Plenário “Vereador Lincoln Rodrigues Costa”, tendo na Presidência o Vereador José Maria Fernandes, na Vice-Presidência, o Vereador Samuel Soares da Silva e na Secretaria, o vereador Lucas Rufino Zócoli. Às dezenove horas e dezesseis minutos, o Sr. Presidente pede ao Assistente de Plenário que faça a chamada nominal dos Senhores Vereadores, constatando-se a presença de todos. O presidente declara abertos os trabalhos e passa-se à **Discussão e Votação da Ata** nº 16 da reunião ordinária anterior. Não havendo manifestação, a Ata nº 16 é colocada em votação e aprovada por unanimidade (14 votos). **Leitura dos ofícios encaminhados** pela Câmara Municipal na semana anterior. Passa-se à **Leitura do Protocolo**: 1) Projeto de Lei nº 32/25, de autoria do vereador José Roberto Reis Filgueiras, que “institui a "Semana Municipal de Orientação sobre a Epilepsia" no município de Ubá. 2) Projeto de Resolução nº 10/2025, de autoria dos vereadores Breno Reis e Domingos Trindade, que “desmembra a Comissão Permanente de Educação, Cultura, Esportes e Direitos Humanos no Regimento Interno da Câmara Municipal de Ubá.” 3) Solicitação da vereadora Aline Melo para retirada de tramitação da Emenda nº 6 ao Projeto de Lei nº 5/2025. 4) Solicitação do vereador Domingos Trindade para retirada de tramitação do Projeto de Resolução nº7/25, de sua autoria.5) OF. 026/2025 da SAAMU em resposta aos Requerimentos 26, 324, 337, 339, 406, 409 e 447/2025, informando a realização dos serviços. 6) OF. SMS/GAB.SEC 095/2025 em resposta ao Requerimento 400/2025, da vereadora Sônia Vidal; 7) OF. SMS/GAB.SEC 097/2025 em resposta ao Requerimento 392/2025, da vereadora Aline Melo; 8) Email da Secretaria Municipal de Obras em resposta genérica aos Requerimentos 357, 387, 466, 471, 475, 477, 485, 497, 503 e 504/25; 9) Email da Secretaria Municipal de Obras em resposta aos Requerimentos 493 e 505/2025, dos vereadores José Roberto Filgueiras e Samuel Soares, respectivamente. 10) Convite da CNP Eventos para solenidade de abertura da FERMOV, que se realizará de 27 a 29/05 no Horto Florestal. Passa-se à **Leitura das Proposições** dos senhores vereadores: **VEREADORA ALINE MOREIRA SILVA MELO** REQUERIMENTO N.º 506/2025. Ao Secretário de Saúde, solicitando a construção de um Laboratório Municipal de Análises Clínicas. **REQUERIMENTO N.º 507/2025**. Ao Secretário de Administração, solicitando revisão do estatuto dos servidores públicos municipais onde se trata das férias regulamentares. **REQUERIMENTO N.º 508/2025**. Ao Secretário de Obras, solicitando instalação de um poste de iluminação pública na Rua Donato Quaglieta, no trecho final da rua sem saída. **VEREADOR ANTÔNIO DOMINGOS XIMENDES TRINDADE** REQUERIMENTO N.º 509/2025. Ao Secretário Municipal de Agricultura, Ambiente e Mobilidade Urbana, solicitando a realização de uma limpeza e retirada de entulhos em uma casa abandonada, na Rua Guidoval, ao lado da casa Nº. 31. **REQUERIMENTO N.º 510/2025**. Ao Secretário



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Municipal de Obras, solicitando a realização do estudo técnico para a realização da instalação de bueiros e manilhas para a drenagem de água na Rua Laranjeiras, Bairro Paulino Fernandes.

REQUERIMENTO N.º 511/2025. Ao Secretário Municipal de Agricultura, Ambiente e Mobilidade Urbana solicitando a realização do serviço de poda das árvores no B. Solar.

VEREADORA APARECIDA SÔNIA FERREIRA VIDAL REQUERIMENTO N.º 512/2025.

Ao Prefeito de Ubá, solicitando providências no sentido de, nas nomeações para cargos em comissão no âmbito desta administração, seja observada a preferência pela contratação de servidores efetivos que apresentem o perfil técnico adequado para o exercício da função em questão.

REQUERIMENTO N.º 513/2025. Ao Prefeito de Ubá, solicitando estudos técnicos para implantação de bases operacionais da Guarda Civil Municipal nas entradas da cidade,

especificamente nos acessos sentido Tocantins; sentido Visconde do Rio Branco; e sentido Rodeiro.

REQUERIMENTO N.º 514/2025. Ao Prefeito, nos termos do Art. 52 da LOM, solicitando esclarecimentos sobre o corte do auxílio-alimentação para os servidores inativos que o recebiam.

VEREADOR EDEIR PACHECO DA COSTA REQUERIMENTO N.º 516/2025. Ao Secretário Municipal de Meio Ambiente e Mobilidade Urbana, solicitando estudos de viabilidade para instalação de redutor (quebra-molas) na Av. Francisco de Lucas,

próximo ao número 77, no bairro alto Santa Cruz.

REQUERIMENTO N.º 517/2025. A Secretário Municipal de Agricultura, Ambiente e Mobilidade Urbana, Sr. Caetano Marciano de Souza, solicitando que seja realizada capina e limpeza geral em toda a extensão da Rua Lincoln Rodrigues Costa, Bairro Boa Vista.

REQUERIMENTO N.º 518/2025. Ao Secretário Municipal de Obras, solicitando que seja realizada uma Operação Tapa Buracos na Rua Lincoln Rodrigues Costa, Bairro Boa Vista.

VEREADOR GILSON FAZOLLA FILGUEIRAS REQUERIMENTO N.º 519/2025. À Secretaria Municipal de Agricultura, Ambiente e Mobilidade Urbana, solicitando, de acordo com a Emenda de Custo nº 71/2024,

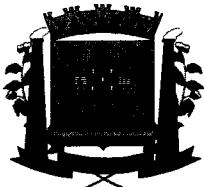
à Instalação de 3 postes de iluminação pública no Emboque, onde especifica.

REQUERIMENTO N.º 520/2025. À Secretaria Municipal de Agricultura, Ambiente e Mobilidade Urbana, solicitando, de acordo com a Emenda de Custo nº 82/2024, alargador de braço na rede elétrica da Rua Irmãos Peron, em frente ao n.º 478.

VEREADOR JOSÉ MARIA FERNANDES REQUERIMENTO N.º 521/2025. Ao Prefeito, solicitando a instalação de câmeras de segurança em pontos estratégicos do Distrito de Diamante, com a finalidade de reforçar a segurança pública e inibir atos de vandalismo e criminalidade.

REQUERIMENTO N.º 522/2025. À Secretaria Municipal de Agricultura, Ambiente e Mobilidade Urbana, solicitando novamente realização da roçagem do mato existente à beira das vias principais no Distrito de Diamante.

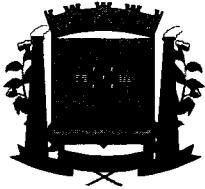
REQUERIMENTO N.º 523/2025. À Secretaria Municipal de Agricultura, Ambiente e Mobilidade Urbana, solicitando a instalação de placas de “Proibido Estacionar – Ônibus e Caminhão” na Rua Santa Maria, em frente à casa do Centro Espírita, ao lado da Escola Estadual Coronel Teixeira Ervilha, situada no Distrito de



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

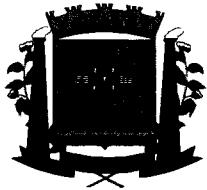
Diamante de Ubá. VEREADOR JOSÉ ROBERTO REIS FILGUEIRAS REQUERIMENTO N.º 524/2025. À secretaria ambiente, agricultura e mobilidade urbana solicitando a revitalização da praça localizada na rua Ubaí próxima ao N-09 no bairro Talma. REQUERIMENTO N.º 525/2025. à secretaria ambiente, agricultura e mobilidade urbana solicitando a limpeza da praça localizada na rua Ubaí próxima ao N-09 no bairro Talma. REQUERIMENTO N.º 526/2025. À secretaria ambiente, agricultura e mobilidade urbana solicitando a limpeza de uma área que pertence a prefeitura localizada na rua José Doriguetto próximo ao N-09 no bairro Schiavon. VEREADOR LUCAS RUFINO ZOCOLI REQUERIMENTO N.º 527/2025. Ao Secretário Municipal de Obras, solicitando a manutenção e asfaltamento da Rua Ouro Preto, bairro Santa Luzia. REQUERIMENTO N.º 528/2025. Ao Secretário de Agricultura, Ambiente e Mobilidade Urbana, solicitando limpeza e capina na Rua José Caneschi e Cristiano da Mota Junior, ambas do bairro Louriçal. REQUERIMENTO N.º 529/2025. À ECP Engenharia, solicitando a colocação de mais latas de lixo e a realização correta das coletas no bairro Antônina Coelho. VEREADOR PAULO CEZAR TAVARES REQUERIMENTO N.º 530/2025. Ao Coordenador da 5ª Unidade Regional do DER – Ubá, solicitando que sejam realizados estudos técnicos para a implantação de redutores de velocidade (quebra-molas) na rodovia MG-447, no trecho localizado no bairro Peixoto Filho, nas proximidades da empresa Rafana Móveis. REQUERIMENTO N.º 531/2025. Ao Secretário Municipal de Agricultura, Ambiente e Mobilidade Urbana, Caetano Marciano de Souza, solicitando que seja realizado estudo técnico para a implantação de redutores de velocidade (quebra-molas) na Rua Maurício Baião Gazola, no bairro São José. REQUERIMENTO N.º 532/2025. Ao Secretário Municipal de Agricultura, Ambiente e Mobilidade Urbana, Caetano Marciano de Souza, solicitando que seja realizado um estudo técnico para a instalação de semáforos no Bairro Vila Casal, no cruzamento entre a Rua Benedito Augusto Vieira, Avenida Francisco Teixeira do Nascimento e Rua José Vieira de Andrade. VEREADOR RENATO VIEIRA REQUERIMENTO N.º 533/2025. Ao Prefeito, solicitando a instalação de um bebedouro na recepção do Hospital São Vicente de Paulo. REQUERIMENTO N.º 534/2025. Ao Secretário Municipal de Agricultura, Ambiente e Mobilidade Urbana, que sejam tomadas providências urgentes quanto à limpeza e à falta de local adequado para o descarte de lixo na Rua Nair Andrade, em frente ao número 421, no bairro São Sebastião. MOÇÃO 016/2025, ao Núcleo do Câncer de Ubá. REQUERIMENTO N.º 535/2025. Ao Secretário Municipal de Agricultura, Ambiente e Mobilidade Urbana, Sr. Caetano Mariano de Souza, que seja realizada capina e limpeza em toda a Rua Adriano de Paiva Tozzi, no Bairro Vale do Ypê. VEREADOR SAMUEL SOARES DA SILVA REQUERIMENTO N.º 536/2025. Ao Secretário Municipal de Obras, Sr. Álvaro Duarte Sol, solicitando o asfaltamento integral da rua Luciano Groppo, localizada no bairro Jardim Inês Groppo. REQUERIMENTO N.º 537/2025. Ao Secretário Municipal de Obras, Sr.



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

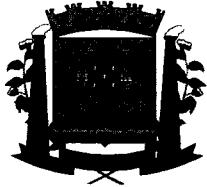
Álvaro Duarte Sol, solicitando a realização de um novo asfaltamento na rua Álvaro Januzzi, localizada no bairro Louriçal. REQUERIMENTO N.º 538/2025. Ao Secretário Municipal de Obras, Sr. Álvaro Duarte Sol, solicitando a realização de estudos técnicos para avaliar a possibilidade de interligar as comunidades rurais de Ubari e Miragaia por meio da Serra dos Bernardos. VEREADORES ANDRÉ EUSTÁQUIO ALVES E BRENO REIS DE OLIVEIRA REQUERIMENTO N.º 515/2025. Ao Prefeito solicitando informações detalhadas sobre todas as aquisições de imóveis realizadas pela Prefeitura Municipal desde o início da gestão atual até os dados atuais, bem como perspectivas de aquisições futuras para o ano atual, contemplando diversas informações que especifica. REQUERIMENTO N.º 539/2025. Ao Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Sustentável, solicitando esclarecimentos formais e detalhados sobre o encerramento do contrato entre o Município de Ubá e a empresa terceirizada “Oliveira Prestadora de Serviços”, solicitando informações oficiais e completas que especifica. VEREADORES – GILSON – BRENO – JOSÉ ROBERTO – ANDRÉ REQUERIMENTO N.º 450/2025. Ao Controlador Geral do Município, solicitando o detalhamento da prestação de contas do primeiro quadrimestre, discriminando os diversos dados, que especifica. Em atendimento ao Requerimento 355/25, de autoria dos vereadores Jane Lacerda e Gilson Fazolla, o presidente chama à Mesa o Secretário Municipal de Administração, Sr. Salomão Cúri. É discutido o Projeto de Lei Complementar nº 2/2025 que “dispõe sobre a criação de novos cargos de provimento efetivo e comissionado no Quadro Permanente e de Comissionados da Prefeitura Municipal de Ubá.” O Sr. Salomão explana que os cargos solicitados pelos secretários da Administração caracterizam uma política pública de atendimento aos municípios com presteza, eficiência e organização. Que foi feito um levantamento e viu-se que 6 cargos de assistente administrativo e 3 cargos de agente administrativo poderiam suprir lacunas, visto que os serviços públicos foram ampliados, como por ex., o horário de atendimento nas creches na Policlínica, nas UBSSs, além da abertura da Prefeitura no horário comercial completo exigir maior número de servidores no balcão, visto que a carga horária dos servidores é de 6 horas. Diz também que estes nove cargos serão ocupados pelos que passaram no concurso público de 2020. Respondendo à vereadora Jane Lacerda sobre funcionários terceirizados e comissionados, diz que o custo de mão de obra atual (38,2% de servidores) é bastante inferior ao mesmo período do ano passado (44% de servidores). São 1.996 servidores efetivos e comissionados e 960 trabalhadores terceirizados. Que a Administração atual arrecadou R\$ 21 milhões a mais que a gestão anterior no mesmo período (1º quadrimestre) e que é necessário aumentar o número de servidores efetivos para melhor atender o cidadão. A vereadora Jane pergunta sobre a greve dos monitores de creche terceirizados, que deixaram de receber por dois meses os salários da empresa que foi contratada por inexigibilidade e foi embora, fato que não acontecia nas administrações anteriores. O Sr. Salomão diz que isso se deve à democracia da atual



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

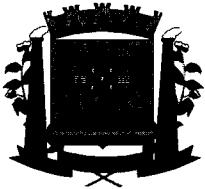
administração, em que o funcionário tem mais voz que em outros, e que a empresa não foi contratada por inexigibilidade de licitação, pois isso não se faz na contratação de terceirizadas. A vereadora Jane reafirma que foi feita por inexigibilidade e contratação emergencial. O Secretário diz que a contratação emergencial é feita por licitação em um tempo um pouco mais curto. A vereadora Jane diz que todos os contratos de assessoria jurídica e o contrato recente com a Viação Ubá foram feitos por inexigibilidade. O vereador Gilson Fazolla pergunta por que se vai criar um cargo comissionado de coordenador jurídico e não uma nova atribuição à procuradora-geral, economizando para os cofres públicos. O Sr, Salomão diz que a Procuradoria tem sua independência garantida e que foi uma solicitação deles, não do prefeito, cumprindo a Portaria 19.149/2024 que trata do “regimento interno daquela casa”. Que a gestão anterior avaliou que dada a mudança da legislação das licitações seria necessário um setor específico para centralizar os pareceres do município, pois a Procuradoria está sobrecarregada na apreciação e fazeres destes pareceres. Que a pessoa a ser encarregada desta coordenação já foi indicada pela equipe de procuradores, Sra. Caroline Barros, estagiária há 2 anos, com especialização no setor. O vereador Gilson diz que o município já está no limite prudencial de gasto de pessoal, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal e pergunta se não haveria limitações orçamentárias para a criação destes dez cargos. O Secretário diz que a administração está com 38,2% de gasto com pessoal efetivo, terceirizado e outros, uma folga nunca vista. O vereador Gilson diz que não é o que veio na prestação de contas e a Câmara tem esperado resposta de Requerimento do vereador José Roberto a este respeito. Pergunta quais setores da Prefeitura estão com déficit de servidores, se a Administração já conversou com outros setores, além da Procuradoria e do Administrativo, cujos secretários (Obras, Ambiente e Mobilidade Urbana) estão reclamando da falta de pessoal. O Secretário concorda que está faltando pessoal e que a política da atual administração é melhorar a qualidade do serviço público. O vereador Gilson pergunta quantos procuradores efetivos e comissionados a Prefeitura têm hoje e o Secretário diz não ter este número. A vereadora Sônia Vidal pergunta por que não utilizar os servidores efetivos para estes cargos. O Secretário diz que levará a sugestão ao Prefeito. A vereadora Jane Lacerda diz que há denúncias de servidores efetivos serem deslocados a funções de menor importância para colocar outras pessoas comissionadas. O Secretário diz que isto cabe ao modelo de gestão e é prerrogativa do Prefeito. O vereador André Alves diz que a Portaria 19.149 /2024 trata de aposentadoria e pede que o Secretário explique a relação entre ela e a criação do cargo. O secretário corrige a Portaria para 19.049, diz que foi solicitação dos procuradores e sugere que os vereadores a leiam para ter a fala dos próprios procuradores. O vereador André Alves lê as atribuições do cargo de coordenador de pareceres e pergunta se não seriam atribuições também da Procuradora-Geral, Sra. Thaline. O Secretário diz que o cargo mais alto necessita de colaboradores hábeis para realizar suas atribuições. O vereador André Alves



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

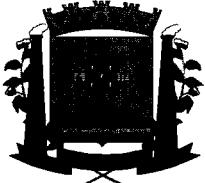
pergunta se um cargo tão bem remunerado não teria a alta competência para realizar suas atribuições de coordenação da equipe, ou seja, porque um cargo tão bem remunerado não exerce a função de coordenação e necessita da criação de outro. O Secretário diz que houve um aumento da demanda de pareceres, sobretudo nas licitações, como está escrito na mensagem do Prefeito e que a solicitação é dos procuradores, não da procuradora-geral. O vereador André pergunta qual a função do Sr. Bruno Castro de Paula Santos na Prefeitura. O Secretário diz que acha ser o assessor jurídico ligado à empresa que presta serviço à Secretaria de Educação. O vereador André Alves diz não ter encontrado o nome dele no Portal da Transparência. O Secretário diz que é o Bruno de Divinésia, da consultoria educacional do município. O vereador André Alves pede confirmação se é da área educacional. O Secretário confirma e diz que é aquele que esteve na apresentação do plano de carreira dos professores. A vereadora Jane pergunta “se o Bruno poderia estar dentro da Prefeitura por ser de uma terceirizada e atuar na 2ª instância; que, como 1ª instância, ele não poderia estar dentro da Prefeitura”. Pergunta se não haveria um cargo para colocá-lo. O Secretário diz que, se for o Bruno em que está pensando, ele já teria uma carreira estabilizada e este cargo não seria interessante para ele. A vereadora Jane diz que por ser um preposto e estar na 2ª instância ele não poderia estar dentro da prefeitura sem ter nenhum cargo. O Secretário diz não entender o termo “preposto”. A vereadora Jane explica que a prefeitura contratou vários escritórios de advocacia para assessoria jurídica e o Sr. Bruno faz parte de um deles, portanto não poderia estar dentro da prefeitura sem ter um cargo para ele. O Secretário diz que o Prefeito define onde deve atuar aquele que ele contrata e que deve-se respeitar a separação de Poderes. A vereadora Jane pede respeito também à função de questionamento dos vereadores. Que como a folha não parece estar “enxuta”, como diz o Secretário, a função do vereador é fiscalizar e saber responder à população que lhe cobra. O vereador André diz que o Sr. Bruno não está apenas na área da Educação, mas opera na articulação em todas as áreas e sempre está presente nas reuniões entre o prefeito e os vereadores, realizando um papel que seria da Procuradora. Portanto, desrespeito é questionar a função fiscalizadora dos vereadores. O Secretário diz que só consulta o Sr. Bruno sobre questões educacionais e prefere não responder sobre a Procuradoria. O vereador Breno Reis pergunta o nome da consultoria a que o sr. Bruno está vinculado e o Secretário diz não lembrar. O vereador Breno pergunta se neste aumento da demanda de pareceres, eles são elaborados pela Sra. Thaline ou por uma empresa de consultoria contratada por dispensa de licitação. O Secretário diz que dispensa de licitação se dá apenas quando a compra é de valor ínfimo, abaixo de R\$60 mil. O vereador Breno reafirma que a consultoria foi contratada por dispensa de licitação. O Secretário diz que existem exceções à licitação, como por ex., a modalidade de contratação de um artista, que é feita por inexigibilidade, a contratação de um escritório de advocacia especializado em alguma área, mas que tudo é feito seguindo a Lei 14.133 (Licitações). O vereador Breno



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

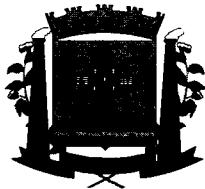
reitera a pergunta: se os pareceres são feitos pela Procuradora ou por uma empresa de consultoria contratada por inexigibilidade. O Secretário diz que acha que são feitos pela Procuradoria, pois não iriam diminuir o seu tamanho repassando a elaboração de pareceres a uma empresa, mas se eles se consultam é outra coisa. O vereador Breno diz que gostaria de ouvir a Procuradora para que ela explicasse aos vereadores a composição e funcionamento da sua equipe, as funções de cada um e a necessidade de se criar este cargo. Que, ao contrário do que foi dito na estimativa de impacto financeiro, o TCE/TCU emitiram uma orientação para organização e padronização deste setor de pareceres das procuradorias das prefeituras, não uma obrigação. O Secretário diz que a relatora do Projeto de Lei, vereadora Aline Melo, lhe fez este questionamento e que respondeu exatamente como dito pelo vereador: uma orientação, não uma obrigação. Diz que respeita o desejo do vereador em ouvir a procuradora, mas crê que ela responderá estar atendendo uma solicitação de sua equipe. O vereador Breno diz que, ainda que a remuneração seja baixa (cerca de R\$ 4 ou 6 mil), seria uma economia aos cofres públicos. O Secretário diz que uma compra bem feita economiza também, como a economia de R\$ 1,1 milhão na manutenção dos ares condicionados da Prefeitura que será feita este ano, entre outros, graças ao trabalho bem feito dos servidores. O vereador Breno diz que os cargos de assistentes administrativos serão supridos entre os aprovados em concurso, cerca de 40, que ainda podem ser chamados, mas que para os cargos de agentes administrativos não há aprovados aguardando, o que não consta do projeto. Pergunta se houve alguma falha. O Secretário diz que o projeto de lei não foi elaborado por ele, apenas acompanha os procedimentos e que irá verificar. O vereador Breno pergunta se, caso não haja aprovados à espera de nomeação, se será feito concurso público. O Secretário diz que há a demanda. O vereador André Alves reforça a pergunta se o Secretário garante que estes 9 cargos administrativos serão ocupados por servidores aprovados em novo concurso. O Secretário diz que esta Administração está empenhada em ampliar o nº de servidores efetivos e reduzir a insegurança jurídica dos “servidores terceirizados”. Mas para que isso ocorra é preciso mão de obra para elaborá-las e é uma “herança maldita” que a Administração herdou. Os terceirizados precisam ter a mesma segurança que o serviço público oferece. O vereador André Alves reitera a pergunta se os nove cargos serão ocupados por aprovados em concurso e o Secretário dá certeza absoluta. A vereadora Jane Lacerda cita os contratos por inexigibilidade assinados até agora (Frederico Paschoalino Sociedade Individual: R\$ 174 mil; Nazário e Lima Sociedade de Advogados – R\$ 264 mil; Urbitetch – R\$ 294 mil, além do contrato de cerca de R\$ 2,4 milhões, revogado no dia 24 de abril, entre outros não de consultoria). O Presidente diz que a fala da vereadora está fora do escopo do projeto e são mais apropriadas para uma CPI. A vereadora Jane diz que está apenas respondendo à fala do Secretário sobre inexigibilidade e mostrando que ele não está a par do que está acontecendo. O vereador Samuel diz que este projeto de lei é para ser discutido em comissão, que não se



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

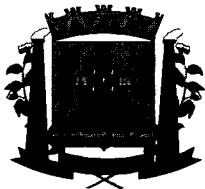
vai chegar a lugar nenhum, que a inexigibilidade parece ser algo “errado”, mas é uma modalidade permitida por lei em alguns casos, como se comprova nesta Casa, em que o Instituto Plenum presta consultoria à Câmara e foi contratado por inexigibilidade. Fala sobre a redução de gasto com pessoal citada pelo Secretário, em uma economia de 7% e ampliação dos serviços públicos; a importância dos servidores efetivos, inclusive na contribuição para o Ubaprev e cujos nomes estão em uma lista de aprovados no concurso de 2020 a que todos têm acesso. Sobre o cargo em comissão, diz que também teria perguntas, mas pela fala do Secretário trata-se de uma estagiária com graduação e especialização, que a Procuradoria já elegeu e solicitou. O vereador Gilson Fazolla discorda que os assuntos de projetos de lei devam ser discutidos apenas em comissões, as quais a população não tem acesso e que o requerimento convidando Secretários é prerrogativa de qualquer vereador prevista no Regimento Interno. Diz que assuntos de infraestrutura para bairros, como os que são semanalmente apresentados em plenário, “o que precisa é dinheiro” (emendas parlamentares municipais e estaduais. N.do R.). O Presidente pede que todos se atenham ao projeto. O vereador Samuel pergunta quanto de recursos o vereador Gilson já trouxe para Ubá. O vereador Gilson responde que provavelmente mais que o vereador Samuel, pois vários recursos divulgados pelo vereador não chegaram. O vereador Samuel pede que se estude mais para ter propriedade na fala, estabelece-se uma discussão e o Presidente pede que os vereadores deixem esta discussão para as Considerações Finais. A vereadora Aline Melo, relatora do projeto, diz que todas as perguntas feitas ao Secretário pela Comissão foram plenamente respondidas. Que a gestão hoje é diferente de anos atrás, muito mais complexa, que se pensa haver muitos servidores, mas não se sabe também a quantidade de trabalho existente, que não se encerra no balcão de atendimento, e cita exemplos. O vereador Domingos Trindade pergunta sobre os “salários” dos cargos criados. O Secretário enumera os “salários” líquidos: coordenador de pareceres – R\$ 4.050,66; assistente administrativo- R\$ 2.967, 82 e agente administrativo: R\$ 1.946,00. A vereadora Jane pede o valor bruto e lembra que faltou o “salário” da procuradora. O Presidente diz que a vereadora pode procurar no Portal da Transparência. A vereadora Jane diz que sabe o valor – R\$ 25.400 - mas a população não sabe e não há necessidade de contratar mais. O presidente pede que a vereadora se atenha ao projeto e a vereadora diz que se trata de dinheiro público, pois quem ganha 25 mil tem que ser capaz de fazer o trabalho. O vereador Breno diz que leu todo o parecer da vereadora Aline, que foi muito útil, mas diz que a Lei 188, que criou o cargo de procurador tem atribuições muito parecidas ao cargo de coordenador de pareceres e que concorda com a vereadora Jane, pois quem tem um “salário” de R\$ 25 mil reais, subentende-se ser a pessoa com maior conhecimento jurídico e em suas atribuições está o apoio aos procuradores. O Secretário diz que o vereador está certíssimo, mas reitera que a criação do cargo é uma demanda da Procuradoria, não da procuradora. O vereador Edeir Pacheco diz que sempre falou a favor do



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

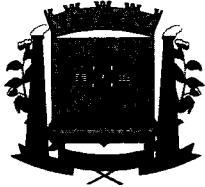
concurso público e que é muito bom colocar efetivos. Pergunta qual o número de pessoas que passaram no concurso de 2020 e ainda não foram chamados, uma vez que haverá a UAI, também composta por “funcionários efetivos”. O Secretário diz que, verificando o consolidado de cidades do entorno no TCE do ano passado, viu que Ubá tem cerca de 2.956 trabalhadores, entre efetivos, comissionados, contratados e terceirizados (1996 efetivos e comissionados, além de 960 terceirizados). Já Muriaé só de efetivos e comissionados tem 2.686 servidores e os dois municípios têm quase a mesma população. O PIB de Ubá é o 2º maior da Zona da Mata, está na casa de R\$ 3,5 bilhões e o de Muriaé, R\$ 2,6 bilhões, mas a renda per capita de Ubá está em torno de R\$ 3.600/ano e a de Muriaé é de R\$ 4.700/ano. As receitas do município estão previstas em R\$ 500 milhões em 2025, a de Muriaé em 2024 foi de R\$ 728 milhões. O Secretário diz que atribui isso ao maior número de servidores em Muriaé, que estão tornando a gestão mais eficiente. Assim como Viçosa, que está na mesma linha. O PIB de Viçosa é menor que o de Ubá e a arrecadação é maior que a nossa. É preciso aumentar o número de servidores e transformá-lo em qualidade. O vereador André Alves cita o nº de integrantes da UAI de Leopoldina no seu período inicial: 1 coordenador, 2 estagiários na recepção, 8 servidores efetivos, 2 estagiários do PROCON. Atualmente, a Junta Militar cede funcionários, o PROCON cede um servidor efetivo. Já a UAI em Ubá hoje está estagnada. O Secretário diz, no entanto, que a proposta já está pronta, apesar de Ubá estar com 20 anos de atraso na implantação de uma UAI: 1 coordenador, 1 técnico em Informática, 2 faxineiros, 3 a 4 recepcionistas, 6 a 7 servidores efetivos para emissão de identidade e 5 a 6 atendentes para o trânsito. Diz que todos estes assistentes administrativos do projeto de lei serão para atender demandas da UAI. O vereador José Roberto questiona se os servidores nomeados para os cargos atenderão na ponta dos serviços de Saúde, Educação, Assistência Social, que a população demanda ou atuarão apenas no setor de arrecadação, pois embora a arrecadação seja importante, o atendimento à população o é ainda mais e as informações que são repassadas aos vereadores pelos Secretários são contraditórias: um diz que atuarão na Saúde, outro diz que será no setor de dívida ativa e não se sabe qual será de fato a alocação dos novos servidores. Reitera a fala dos vereadores Breno e Jane a respeito da alta remuneração da procuradora e de suas atribuições serem semelhantes às do novo cargo. Fala sobre a estranheza que lhe causou o desconforto do Secretário quando foi mencionado o assunto da inexigibilidade e o fato de não saber responder por qual empresa o sr. Bruno está sendo contratado, uma vez que o Sr. Bruno está diariamente na prefeitura, atende os vereadores etc. Diz que as pessoas que aqui estão querem saber o que isto trará de bom para a população, daí a importância do debate público para buscar transparência nas ações do poder público. O Secretário diz que o contrato da Oliveira está no Portal da Transparência e os contratos são feitos pelas Secretarias que os solicitam. Os procedimentos passam sim pela Secretaria de Administração, mas se uma Secretaria quer contratar uma empresa, ela o faz por



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

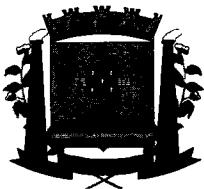
conta própria, claro que com o aval do prefeito. O contrato da Oliveira foi feito pela Secretaria de Educação, mas espera que da próxima vez possa vir com maiores esclarecimentos. O vereador Samuel fala sobre a falta de objetividade no tratamento dos assuntos e com pessoas no plenário à espera, por ex. de uma moção de aplausos, como é o caso do Núcleo do Câncer ou da apresentação de uma necessidade da comunidade, como é o caso dos moradores da Miragaia, Diz lembrar-se de uma homenagem em que a menina homenageada dormiu no plenário, que vê o vereador Renato ansioso para entregar a homenagem ao Núcleo, vê os moradores da Miragaia que vieram para ver o seu requerimento e que acha um absurdo não se ter um respeito com essas pessoas. Reitera que os assuntos dos projetos de lei devem ser discutidos nas comissões e quando chegarem ao plenário serem discutidos objetivamente. Que como o homem mais votado da história de Ubá, fez o compromisso de estreitar o vínculo população e Câmara. A vereadora Sônia Vidal diz que a fala do vereador Samuel desvaloriza todos os demais vereadores e que foi avisada pela vereadora Aline. O Presidente dá a palavra ao vereador Renato, que também considera uma falta de respeito estar por duas horas falando as mesmas coisas e se sente envergonhado perante os integrantes do Núcleo do Câncer, que foram convidados para receber sua Moção e pede mais compromisso com a população. Sobre os cargos, diz que é preciso também respeitar aqueles que estudaram e passaram no concurso e que irão suprir este aumento de funções da atual gestão, que não foram supridas pelo anterior, tais como os horários ampliados de diversos serviços. Finaliza pedindo mais respeito à população que vem à Câmara. O vereador José Roberto diz que não é a primeira vez em que se traz as pessoas para a Câmara no dia em que projetos importantes serão debatidos e usa-se o pretexto de que as pessoas estão cansadas, para encerrar a discussão. Que todos estão cansados, mas não se pode perder o foco da função principal da Câmara. A vereadora Jane Lacerda diz que a Casa é de leis e não de distribuição de moções. Pergunta se por ser dia de votação importante é colocada moção para encurtar o prazo de debate. O Secretário agradece o convite e finaliza lembrando que a última alteração de cargos no Plano de Cargos da prefeitura foi feita em 2010, quando o Município tinha 93 mil habitantes e com 107 mil habitantes hoje, em 15 anos o aumento foi de uma população de Tocantins sem aumento do número de servidores, mas se compromete a fazer o plano de carreira dos servidores. A vereadora Jane sugere que a entrega das moções seja feita antes da reunião e o Presidente diz que irá discutir a sugestão com o diretor do Legislativo. O vereador Renato pede que seja exibido um vídeo sobre o Núcleo do Câncer (NRVCC), parabeniza a instituição e seu importante trabalho. Em votação, a Moção de Aplausos é aprovada por todos (14 votos). Faz-se um intervalo de 10 minutos para fotos e entrega da Moção. **ORDEM DO DIA: Discussão e votação dos Requerimentos apresentados:** São separados para discussão os Requerimentos 507, 508, 515, 519, 520, 522, 532, 533, 526 (correção), 532, 533, 536, 538, 539, 540. O presidente diz que em breve será



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

instalado um disposto de tempo para a fala dos vereadores. Com a palavra, os vereadores discorrem sobre seus requerimentos, sobretudo esclarecimentos sobre o contrato rompido com a empresa terceirizada Oliveira Prestadora de Serviços (vereador André Alves), a aquisição de terrenos pela Prefeitura (vereador Breno Reis) e o remanejamento de férias dos servidores (vereadora Aline Melo), que são colocados em votação e aprovados por unanimidade (14 votos). **Discussão e votação única:** 1) Projeto de Lei n.º 5/2025, que “Dispõe sobre a limpeza de terrenos urbanos e adota outras providências.” O Presidente informa que o projeto teve 5 emendas e 1 subemenda apresentadas. Passa a palavra à vereadora Jane Lacerda que está com o projeto sob vista. A vereadora pergunta pelo Dr. Bruno, que iria falar na Tribuna Livre e o Presidente informa que ele não pôde permanecer. A vereadora Jane pede prorrogação da vista, uma vez que o próprio promotor lhe disse que o projeto transformaria a prefeitura numa prestadora de serviços de limpeza de terrenos, mas o Presidente diz não ser possível e o projeto tem que ser votado hoje. Em discussão, a vereadora Jane diz que, segundo o promotor, a cobrança da multa deveria ser feita na matrícula do imóvel, pois por serem valores pequenos, não será possível cobrá-los judicialmente. Que não há previsão de multa progressiva para reincidentes e isto pode fazer a prefeitura ser uma limpadora de terrenos de particulares, que preferirão deixar por conta do Poder Público a limpeza de seus terrenos. Que alguém poderia pedir vista, pois, segundo o promotor, o projeto é um “tiro no pé”. O vereador Edeir Pacheco diz que o projeto está bem claro e que o valor da multa não pode ser irrisório, mas que a cobrança será, sim, no IPTU e não será vantajoso para o contribuinte deixar que o município limpe. O vereador Gilson Fazolla fala sobre a conscientização como primeiro passo, cita terrenos da prefeitura que a prefeitura não limpou porque falta mão de obra. O vereador José Roberto diz que há terrenos da prefeitura que ainda não estão catalogados, ao contrário do que disse o Secretário, e que não são limpos há anos, como um terreno do bairro Altair Rocha em que o morador que plantava hortaliças foi notificado e o terreno agora é um foco de dengue. Que o projeto está aí, mas a Prefeitura precisa fazer o dever de casa. O vereador André Alves diz que as pessoas de bem querem esse projeto aprovado. Fala de terreno da prefeitura em que foram encontradas uma cobra de 1,8m e posteriormente duas cobras-corais. Que dará o voto de confiança à Prefeitura para que as pessoas que não mantêm seus lotes limpos sejam punidas. O vereador Breno Reis diz que a conscientização deve começar desde já, antes dos 60 dias em que a lei entrará em vigor. As emendas são lidas, a pedido da vereadora Sônia Vidal. Em votação, a Emenda nº 1 é rejeitada com 8 votos contrários e 6 favoráveis. A Emenda nº 2 é rejeitada por 11 votos contrários e 3 favoráveis. A Subemenda nº1 à Emenda nº 3 é colocada em votação e surgem dúvidas. O Presidente retifica e prossegue a votação e a Subemenda é aprovada por 11 votos contrários e 3 contrários. A Emenda nº 3 é aprovada por 12 votos favoráveis e 2 contrários. A Emenda nº 4 é aprovada por 12 votos favoráveis e 2 contrários. A Emenda nº 5 é aprovada por unanimidade (14 votos). O



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

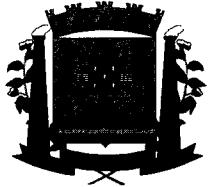
Projeto de Lei nº 5/2025 é aprovado por 13 votos favoráveis e 1 contrário. 2) Projeto de Lei Complementar n.º 2/2025, que “Dispõe sobre a criação de novos cargos de provimento efetivo e comissionado no Quadro Permanente e de Comissionados da Prefeitura Municipal de Ubá.” O vereador Breno Reis pede vista ao Projeto para convidar a Procuradora Geral à comissão ou reunião ordinária. **Tribuna Livre:** Em atendimento a requerimento da Emater, o presidente convida à tribuna os servidores Hugo, Eric e Lucivan para apresentar a prestação de contas do órgão relativas a 2024. Os extensionistas apresentam os dados quantitativos de produtores atendidos (480) e demais públicos (22). Os principais produtos agropecuários e da agroindústria em Ubá. Os recursos viabilizados para o município: R\$ 6,6 milhões. Hugo demonstra que o município custeia a EMATER com R\$ 254 mil reais e a Emater devolve ao município R\$ 6,6 milhões, evidenciando o ótimo custo-benefício para Ubá. Além disso, a Emater atua na organização dos agricultores e na agroindústria local, sobretudo na formação, formalização e informação para os agricultores familiares. É destacada a produção de queijos que pode crescer muito no município. Os vereadores André Alves e Jane Lacerda comentam sobre a agroindústria de laticínios, o reaproveitamento dos dejetos do canil municipal para compostagem e a possibilidade de criação de leis locais que beneficiem os produtores. O Presidente informa que os vereadores têm até o dia 15 de maio para protocolarem o remanejamento das emendas impositivas e até 30 de junho para indicarem os homenageados com os títulos de Cidadania Honorário e Personalidade Ubaense do Ano. **Considerações Finais:** O vereador José Roberto comenta (inaudível) e sobre acidentes na Vila Casal. Fala sobre a necessidade de rotatória no bairro Palmeiras (Av. Ângelo Porto e Francisco Teixeira de Abreu) onde ocorrem acidentes frequentemente, assim como quebra-molas na Beira-Linha. Fala do deputado Grego e de emendas parlamentares insuficientes para o município. O vereador André Alves apresenta a situação de redesignação do Dia das Mães nas escolas e seu repúdio à desconstrução das figuras da Mãe e do Pai ora em curso na sociedade, com a criação do “Dia de Quem Cuida de Mim”. Diz que a Secretaria compartilha a sua visão, mas que a rede de ensino já tem este hábito de renomear o Dias das Mães. Apresenta um vídeo em que, além de não haver valorização à mãe, ainda se introjeta a ideologia de gênero. Apresenta um vídeo onde crianças aparecem com cartazes em que há adjetivos femininos e masculinos, numa comemoração que deveria ser para as mães e que irá lutar pela valorização da figura materna e paterna. O presidente lê texto sobre a Câmara Municipal de Ubá que completa 171 anos de idade, agradece a presença de todos e encerra a reunião às vinte e três horas e cinquenta e oito minutos.

ATA Nº 17 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 12/5/2025 - Página 12 de 13

Câmara Municipal de Ubá - Rua Santa Cruz, nº 301, Centro - Ubá/MG - CEP: 36.500-059

Telefone: (32) 3539-5000

Site: <http://uba.mg.leg.br> - E-mail: contatos@uba.mg.leg.br



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

ATA N° 17 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 12/5/2025 - Página 13 de 13

Câmara Municipal de Ubá - Rua Santa Cruz, nº 301, Centro - Ubá/MG - CEP: 36.500-059

Telefone: (32) 3539-5000

Site: <http://uba.mg.leg.br> - E-mail: contatos@uba.mg.leg.br